

ACTA 1/2009

-- Aos vinte e seis dias de Fevereiro do ano de dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Primeira Sessão Ordinária do ano de dois mil e nove, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Designação de membro eleito pela Assembleia Municipal para o Júri do Prémio Municipal de Arquitectura de Mafra; 3) Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2009 da AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos; 4) Proposta de Revogação do Regulamento para Atribuição de Auxílios Económicos aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico; 5) Projecto de Regulamento Específico de Estacionamento de Duração Limitada da Vila de Mafra (Zona I); 6) Adesão do Município de Mafra como Associado Institucional das Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho no âmbito da criação do Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra; 7) Projecto de Regulamento de Organização e Funcionamento da Polícia Municipal e respectivo Mapa de Pessoal, em anexo; 8) Projecto de Alteração de Regulamento de Programa de Concurso para Aquisição de Habitações a Custos Controlados no Município de Mafra; 9) Revisão do Contrato de Recolha de Efluentes entre o Município de Mafra e a SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA; 10) Alterações da Sinalização Vertical e Horizontal em vários arruamentos do Concelho de Mafra, realizadas no ano de 2008. -----

-- Passavam oito minutos das vinte e uma horas quando o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. -----

-- Passou a palavra ao senhor Secretário da Mesa, Luís Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. -----

-- Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "o senhor José Nogueira Simões justificou a sua ausência; a senhora Maria Teresa Oliveira Castelo Freire renunciou ao seu mandato, tendo sido substituída pela senhora Olga Maria Costa Lopes de Sá Macedo. Foram ainda efectuados os pedidos de substituição dos senhores Samuel Estêvão, substituído nesta sessão pelo senhor Manuel Pedrosa Duarte; o senhor Mário João Acúrcio Vicente, substituído pela senhora Ana Isabel Oliveira Silva; e o senhor Nuno João da Cruz Sardinha, substituído pelo senhor José Lourenço Alves do Nascimento." ----

-- Prosseguiu-se com o período antes da Ordem do Dia, tendo sido colocada à votação a acta número cinco de dois mil e oito. Não havendo intervenções, a acta foi aprovada por maioria com vinte e três votos a favor e três abstenções, uma do PSD, uma Independente e uma da CDU. -----

-- A senhora Olga Macedo fez uma breve intervenção, na sequência da tomada de posse como membro da Assembleia Municipal. A referida intervenção anexa-se a esta acta com a designação de ANEXO UM. -----

-- O senhor Américo Peralta referiu que "venho falar-vos da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, dirigindo-me, em especial, aos senhores Presidentes de Junta. A Comissão encontra-se, neste momento, numa fase de implementação do seu plano de acção. Para a sua concretização ser efectuada com sucesso, torna-se necessária a colaboração entre diversas entidades. Em dois mil e oito foram analisados trezentos e oitenta e seis processos, representando trezentos e oitenta e seis problemas. Neste sentido, a colaboração com as pessoas que em cada freguesia conhecem perfeitamente todos os assuntos é de extrema importância. A título informativo, digo ainda que as freguesias da Ericeira, Mafra e Malveira são aquelas onde se verificam mais problemas. Falei com o senhor Presidente da Associação de Freguesias do Município de Mafra no sentido de podermos fazer uma reunião sobre estes assuntos. Esta seria no dia nove, neste local e a esta hora, já com os técnicos da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, de modo a

Aprova em
unanimidade
Junto 23 do PSD, 2 PS
1 da CDU e 1 Independente
e 3 abstenções do PS

V
j

podermos avançar nesta problemática. Agradecia, desde já, que estivessem presentes, estamos a falar de assuntos importantes e a vossa participação é de toda a importância." -----

-- O senhor Joaquim Cruz interveio dizendo que "a bancada Social Democrata não pode deixar de saudar este Executivo por mais um lançamento da CRIMA, que é um projecto de uma dimensão extraordinária no Concelho. Mais acessibilidades significam maior coesão social e mais oportunidades para todos, porque terão não só acesso facilitado a todos os equipamentos sociais, educativos e de saúde existentes no Município de Mafra, como também vêem reflexos na sua vida profissional, através de uma maior facilidade na deslocação." -----

-- Não se verificando mais inscrições, introduziu-se o período da Ordem do Dia. ----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, José Maria Ministro dos Santos, referiu que "nós andamos em negociações com o Ministério da Educação, relativamente à transferência de competências para as Autarquias. A posição de Mafra tem sido muito determinada por duas razões: não aceitamos as competências tal como elas nos querem ser imputadas, na medida em que a gestão dos recursos humanos disponíveis passa tão só pelo pagamento dos vencimentos, marcação das faltas, processos disciplinares e substituições. Acho que isto é pouco numa Autarquia, é tratarmos mal a nossa capacidade de gestão de recursos humanos, com provas dadas em muitas áreas e nesta também. Disse isso na altura à senhora Ministra e mantemos esse «braço-de-ferro». Isto não inviabiliza que nós também nos preocupemos com o parque escolar da responsabilidade do Ministério da Educação, estou a referir-me às escolas básicas do segundo e terceiro ciclos, nomeadamente a de Mafra, Malveira, Ericeira e Venda do Pinheiro. Apresentei, na altura, uma proposta escrita, depois de uma vistoria entre técnicos municipais e técnicos da DREL sobre o estado em que se encontram estes quatro equipamentos. Se na Venda do Pinheiro as coisas se resolvem com cerca de um milhão de euros para recuperar a escola, porque esta está perfeitamente consolidada, mas precisa é de alguns arranjos, a mesma situação já não se verifica na Ericeira, Malveira e Mafra. A escola de Mafra está em pior estado, logo a seguir a da Ericeira e a da Malveira, são escolas do célebre «Plano Brandão», principalmente a de Mafra, e que carecem de uma intervenção de raiz. A minha proposta à senhora Ministra, através da DREL, foi de que nós gostaríamos de ver resolvidas a parte de construção das escolas, não pondo de lado a outra questão da delegação de competências, mas não misturando as situações e tentando pressionar, no bom sentido, o Ministério, através da DREL, para a recuperação destes três estabelecimentos de ensino. A resposta que tivemos, depois de uma visita de um assessor da senhora Ministra e do Director Regional, foi a de que a escola de Mafra, e soube isso há pouco, embora não tenha ainda o acordo da senhora Ministra, mas há disponibilidade do Ministério para que a escola de Mafra seja construída de novo. Quanto à Ericeira e Malveira, ficaremos ainda numa fase pós-negociação para tentar encontrar um *timing* para a substituição destes dois equipamentos. Em relação à de Mafra, esta seria construída no campo de futebol dentro do Parque Desportivo Municipal, sendo que aproveitaríamos o ginásio e a área desportiva da escola básica do segundo e terceiro ciclos e o restante terreno seria permutado com a Câmara em troca com o terreno onde vai ser edificada a escola. Queríamos começar com a construção deste novo equipamento dentro de três, quatro meses, no máximo, não prejudicando o seu normal funcionamento. Foi-me dito, há pouco, que os cerca de seis milhões, oitocentos mil euros estariam dentro daquilo que é o pacote de disponibilidades do Ministério da Educação para recuperação da escola de Mafra, eu invoquei logo a questão da Malveira e da Ericeira. Compreendo as dificuldades do Ministério, a curto prazo o problema não tem solução, mas, a médio prazo, vamos encontrar datas para formalizar o acordo entre a Câmara Municipal de Mafra e o Ministério da Educação. A Autarquia constrói a escola, mas esta continua a ser propriedade do Ministério." -----

-- Passou-se ao ponto seguinte, relativo à designação de membro eleito pela Assembleia Municipal para o Júri do Prémio Municipal de Arquitectura de Mafra. ----

-- A senhora Paula Borges disse que "o Partido Social Democrata indica o nome do Doutor Joaquim Biencard Cruz para a eleição de um membro da Assembleia Municipal para o Júri do prémio Municipal de Arquitectura de Mafra." -----

-- Face à proposta e não tendo sido apresentada outra candidatura, prosseguiu-se com a votação. A referida proposta foi aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor, um voto contra, cinco abstenções e um voto nulo. Foi introduzido o ponto número três sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e nove da AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos. Não se verificando intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do mesmo. Passou-se ao quarto ponto relativo à Proposta de Revogação do Regulamento para Atribuição de Auxílios Económicos aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a revogação do referido regulamento decorre em função da alteração da Lei. -----

-- Procedeu-se à votação deste ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Prosseguiu-se com o quinto ponto sobre o Projecto de Regulamento Específico de Estacionamento de Duração Limitada da Vila de Mafra (Zona I). Sobre este ponto, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao senhor Vereador Hélder Silva. -----

-- O senhor Vereador Hélder Silva acrescentou que na sequência do estudo para a mobilidade que foi elaborado, verificou-se a necessidade de promover a rotatividade na utilização dos lugares de estacionamento na envolvente do palácio Nacional de Mafra. Esse estudo foi muito objectivo: a forma de motivar a rotatividade é através do estacionamento pago. Assim, considerou-se oportuno ampliar a colocação de parquímetros para as zonas indicadas no regulamento. No mapa que foi distribuído estão indicadas duas fases: uma primeira fase que pode ser, desde já, implementada; e uma segunda fase que entra em vigor quando estiver concluída a intervenção na envolvente do Palácio. -----

-- Passou-se à votação. Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, vinte e dois do PSD, três do PS, dois da CDU e dois Independentes; e uma abstenção do PSD. -----

-- Tomou a palavra o senhor Miguel Ângelo para fazer uma declaração de voto. Referiu que a sua preocupação se centra nos residentes, na medida em que se verificam poucas alternativas de estacionamento e ainda um conjunto significativo de habitações. Nestes residentes incluem-se idosos e reformados. Concluiu ser a favor da rotatividade, mas deixou como alerta a necessidade de atribuição de cartões de residente. -----

-- Continuou-se com a Ordem do Dia, introduzindo-se o sexto ponto sobre a adesão do Município de Mafra como Associado Institucional das Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho no âmbito da criação do Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra. O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador Hélder Silva. -----

-- O senhor Vereador Hélder Silva informou que são diversas as vantagens que se podem obter através da criação do Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra, nomeadamente a melhoria da eficiência na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros e ainda a oportunidade de se caminhar no sentido da profissionalização dos Bombeiros, sem que, para isso, seja criado um novo corpo de Bombeiros no Município. Acrescentou, ainda, que este Agrupamento será criado como uma nova unidade de gestão do Socorro no Concelho, devendo ser gerida, igualmente, como um centro de recursos partilhado, orientado para as Associações do Concelho. Pretende-se, desta forma, utilizar os recursos existentes e potenciá-los ao máximo. O senhor Vereador continuou a sua intervenção dizendo que "as três corporações de Bombeiros do Concelho fizeram a alteração dos estatutos contemplando as vertentes sócio-institucional e a de poderem aderir ao Agrupamento. Aquela que tem sido sempre a posição da Câmara neste processo é a de que faz todo o sentido esta integrar a vertente sócio-institucional da Associação, isto se a Associação se potenciar para constituir o Agrupamento. O

objectivo é o de que a Autarquia esteja representada nos corpos sociais, mais concretamente na direcção, para poder ajudar. Faz igualmente sentido que a Câmara cuide do dinheiro que entrega às Associações. Relembro também o caso da Tapada Nacional de Mafra onde a Câmara também está com o estatuto de Vice-Presidente. Em suma, a Associação de Mafra e da Malveira manifestaram, através de convite, a vontade de se constituírem como Agrupamento. Aquilo que tem sido também assumido é que, desde que haja duas Associações, o Agrupamento irá para a frente e a Câmara dará todo o apoio. A Ericeira disse que sim aos estatutos e a poder integrar o Agrupamento, mas não desde já.” -----

-- No uso da palavra, o senhor Miguel Ângelo disse que “do esclarecimento dado pelo senhor Vereador, o que nos traz aqui hoje é o facto desta Assembleia autorizar a Câmara a associar-se aos três corpos de Bombeiros como associada institucional. É essencialmente isto que nós vamos votar aqui hoje, se bem que a Câmara teve o cuidado, e desde já agradeço da minha parte, de explicar todo o enquadramento *a posteriori*, ou seja, explicar também as dinâmicas que daqui podem suceder, em termos de futuro. A Câmara não é associada do Agrupamento, vai por inerência de órgãos e dos estatutos porque as Associações assim o entenderam, é o próprio estatuto de cada uma das Associações que reconhece à Autarquia depois legitimidade para se fazer representar no Agrupamento. Foram os associados de Mafra e da Malveira é que entenderam nos seus estatutos convidar a Câmara para sócio institucional. Depois, na parte que diz respeito à direcção e à representação dos elementos da direcção fazer com que o tal Vice-Presidente que vai ser atribuído à Câmara, por vontade das corporações, seja, então, posteriormente indicado para o Agrupamento. Uma vez que aquilo que se está aqui a discutir é, tão somente, o facto da Autarquia se associar aos três corpos de Bombeiros, é evidente que, sendo Associações Humanitárias que tanto serviço têm prestado ao Concelho, faz todo o sentido a Câmara ser um sócio institucional de peso.” -----

-- Procedeu-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade. Introduziu-se o ponto sete referente ao Projecto de Regulamento de Organização e Funcionamento da Polícia Municipal de Mafra e respectivo Mapa de Pessoal, em anexo. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que “na sequência da aprovação do organograma na última Assembleia Municipal, esta proposta de Projecto de Regulamento visa dar corpo e continuidade àquilo que foi iniciado. A partir daqui, desenvolver-se-á um conjunto de processos burocrático-administrativos, inclusivamente o envio de todo o processo para o Ministério da Administração Interna, a quem compete, em última instância, dizer sim ou não à pretendida Polícia Municipal.” -----

-- O senhor Joaquim Cruz disse que “relativamente a esta proposta, no contexto actual que vivemos, de insegurança, desconfiança e aumento populacional, que verificamos no Concelho de Mafra, parece-me extremamente pertinente a Assembleia Municipal dar aqui o seu aval ao Executivo para a formalização deste processo. Votamos com toda a convicção a favor desta proposta.” -----

-- Passou-se à votação, tendo esta deliberação sido aprovada por unanimidade. Prosseguiu-se com o ponto número oito relativo ao Projecto de Alteração de Regulamento de Programa de Concurso para Aquisição de Habitações a Custos Controlados no Município de Mafra. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que esta situação se refere apenas a um reajuste do Regulamento em relação à actual Legislação. -----

-- Tendo-se procedido à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade. De seguida, foi introduzido o nono ponto sobre a Revisão do Contrato de Recolha de Efluentes entre o Município de Mafra e a SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal interveio dizendo que “basicamente o que se passa é que há necessidade do aumento da concessão que as Câmaras fizeram à SIMTEJO de trinta para quarenta e dois anos. Os financiamentos têm que ser prolongados no tempo, tem que ser assinado um novo contrato de concessão

com os novos mínimos, a pagar por cada um dos Municípios, para dar cobertura à satisfação financeira do projecto inicial." -----

-- Após votação deste ponto, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Deu-se sequência à Ordem de Trabalhos com a introdução do décimo ponto referente às alterações da Sinalização Vertical e Horizontal em vários arruamentos do Concelho de Mafra, realizadas no ano de dois mil e oito. -----

-- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "como é conhecido, segundo o regulamento aqui aprovado também, os sinais de trânsito podem estar colocados provisoriamente durante um ano e é esse critério de provisório para passar a definitivo que tem que vir aqui, anualmente, à Assembleia." -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal interveio sobre este assunto, dizendo ainda que "quando a Câmara decide, por razões justificadas, introduzir numa qualquer via urbana ou freguesia um novo sinal não vai logo à Assembleia, tem que haver inquérito público e depois a publicação em sítio oficial da tal postura municipal. O legislador permite que as Câmaras, com justificada razão e aprovado na Assembleia Municipal, intervenham em matéria de sinalética durante um ano, sendo que a Autarquia tem o prazo de um ano para levar à ratificação e corrigir a anterior postura acrescentando ou retirando os sinais anteriormente colocados. No fundo, isto é a homologação dos procedimentos sinaléticos que durante um ano a Câmara tomou." -----

-- A senhora Olga Pires disse que "entendo perfeitamente que os sinais estejam mais ou menos um ano, até para ver se funcionam ou não. Não vejo qualquer inconveniente que venham aqui à Assembleia só passado um ano, mas como os sinais de que eu vou falar ainda não estão lá há um ano pode ser que assim seja possível que alguns sejam retirados. Em relação ao Largo da Igreja, na Malveira, num espaço mais ou menos limitado estão, e eu estou só a falar em sinalização vertical, cinquenta sinais de trânsito, sendo vinte e quatro deles de proibição. Faz-me pena porque, num espaço que era mais ou menos impessoal e que foi tão enriquecido com o equipamento que a Autarquia fez lá, quem entra no Largo da Igreja da Malveira a primeira reacção que tem é parar para ver se entende toda esta sinalização. Como os sinais ainda não estão lá há um ano, eu penso que talvez seja possível retirar algum porque a poluição visual ofusca completamente o novo equipamento. Já agora, todos aqueles que possam ser retirados dali, seria bom colocá-los adequadamente numa zona da Venda do Pinheiro que se chama Vale de Eriça, e depois toda aquela zona que vem até à Estrada Nacional, pois aí a situação está complicada desde que abriram os novos equipamentos escolares naquela área e agora a Misericórdia. A falta de sinalização e de ordenamento do trânsito naquelas ruas tem criado vários acidentes. Toda a gente circula nos dois sentidos, de qualquer forma, com o inconveniente das altas velocidades. Nesse local, há grande circulação de crianças devido às escolas e à piscina." -----

-- Este ponto foi votado, tendo sido aprovado por unanimidade. O senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu à Assembleia que a esta acta seja aprovada em minuta, tendo o referido pedido sido aceite. Prosseguiu-se com o período de intervenção do público. -----

-- A senhora Cidália Maria Duarte Jorge, pertencente ao Movimento de Cidadãos da Freguesia do Sobral da Abelheira, iniciou a sua intervenção dando os parabéns ao Executivo da Câmara pela construção da CRIMA três que veio servir, essencialmente, a população a norte do Concelho de Mafra. Seguidamente, passou a ler o texto que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO DOIS. -----

-- Não se verificando mais inscrições, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a primeira sessão ordinária do ano de dois mil e nove da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam onze minutos das vinte e duas horas. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: senhor José Eduardo Nogueira Simões; senhor Mário João Acúrcio Vicente, substituído nesta sessão pela senhora

Ana Isabel da Conceição Oliveira Silva; senhor Samuel Estêvão, substituído nesta sessão pelo senhor Manuel Pedrosa Duarte; senhor Nuno João da Cruz Sardinha, substituído nesta sessão pelo senhor José Alves Nascimento; e senhor Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues. Verificaram-se, igualmente, as ausências dos seguintes elementos: senhor Daniel Marchante; senhor Manuel Pimenta; senhora Maria Amélia Paquete; senhora Isilda Pegado; e senhor Paulo Ricardo. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

Luís António Ribeiro Alves
Luís Alves

Sr. Presidente da AMM

Sr. Presidentes das Juntas

Sr. Presidente da CMM

Sr. Vereadores

Srs. Deputados

Membros da Assembleia

Caros Munícipes

Eu Olga Macedo sinto-me extremamente honrada por hoje tomar posse, tendo como testemunhas todos os presentes nesta ilustre Assembleia Municipal. Aos Mafrenses agradeço particularmente a confiança que em mim depositaram.

Sou uma mulher de convicções, que acredita num futuro melhor, mas para isso há que o construirmos juntos. Encaro e respeito todas as acções que visem o evoluir qualitativo no que respeita às necessidades básicas dos munícipes em geral, mas nunca esquecendo os mais desfavorecidos, as crianças, os jovens em busca do primeiro emprego, os menos jovens, e os desempregados.

Apesar de não ser política de carreira, não optarei pela atitude cómoda “do deixar andar”. Desde já alerto para o facto de quando a minha consciência assim o ditar, o meu voto não será condicionado pela cadeira que ocupo, nem tão pouco por qualquer espécie de limitação à minha liberdade de pensar.

Como professora que sou, desde o ano de 1974, acho que me encontro aqui para aprender, pois a vida ensinou-me que o aprender e o ensinar são uma partilha constante e necessária. Com os meus alunos aprendo tanto como ensino e espero que o mesmo aconteça nesta Assembleia, aprendendo aqui mais do que eventualmente poderei ensinar.

Contem comigo!

A todos o meu obrigado

OLGA MACEDO

Segunda intervenção do Movimento de Cidadãos da Freguesia do Sobral da Abelheira na Assembleia Municipal de Mafra

O Movimento de Cidadãos da Freguesia do Sobral da Abelheira, mais uma vez dirige-se à digníssima Assembleia Municipal, trazendo de novo o assunto referente à construção da EB1/JI do Sobral da Abelheira nesta freguesia prevista em Carta Educativa e prometida em Campanha Eleitoral pelo actual Executivo da Câmara Municipal de Mafra.

Como proposto pelo Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal aquando da anterior intervenção em apresentarmos alguns documentos, este Movimento reuniu a documentação necessária e enviou ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra a 28 de Janeiro de 2009.

Na mesma se dá conta dos proprietários e respectivos terrenos disponíveis por doação para este fim, com cópias de cadernetas e fotografia aérea e também dos proprietários disponíveis a vender, com valores, cópias de documentos e inclusivamente uma declaração de disponibilidade de venda para o referido fim.

Sem resposta concreta por parte da autarquia, a população movimentou-se afim de se manifestar no dia da Inauguração da CRIMA-3 que talvez por equívoco foi referido como "Alto do Sobral da Abelheira", o que sugere ironicamente a aplicação de um termo pretensioso de alargamento da Freguesia do Sobral da Abelheira.

Sendo um direito e na eminência da população se manifestar com o objectivo claro e inequívoco de que a construção da EB1/JI fora da freguesia põe em causa o sentido de comunidade da mesma, foi recebida informação por parte do Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal referindo que de facto ainda não foi tomada qualquer decisão no que diz respeito à localização da referida EB1/JI e que paralelamente estão a ser feitos estudos topográficos na localidade.

Deste modo, o Movimento ponderou e decidiu suspender esta manifestação, muito embora a informação não seja a mais adequada e a pretendida pela população, pois carece de mais objectividade por parte do Executivo da Câmara Municipal de Mafra.

Aguardamos mais informações com a maior brevidade possível, pois outras infra-estruturas escolares avançam e a nossa mantém-se neste impasse.

Respeitosamente a todos os presentes,

O Movimento de Cidadãos da Freguesia do Sobral da Abelheira